

ELABORAÇÃO DO PIGIRS DA REGIÃO SERRANA DE SC MUNICÍPIO DE PONTE ALTA 2014



2.12 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS AGROVETERINÁRIAS – CAV
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AMBIENTAL – DEAM

Prof. Dr. Antonio Heronaldo de Sousa

Reitor

Prof. Dr. Marcus Tomasi

Vice-Reitor

Prof. Dr. João Fert Neto

Diretor CAV

Prof. Dr. Valter Antônio Becegato

Chefe DEAM

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA SERRA CATARINENSE – CISAMA

José Valdori Hemkemaier

Presidente

Selênio Sartori

Diretor Executivo

Carolina Gemelli Carneiro

Engenheira Sanitarista

EQUIPE TÉCNICA DEAM/UESC

Engº Químico Dr. Everton Skoronski

Engª Química Dra. Viviane Trevisan

Engº Agrônomo Dr. Valter Antonio Becegato

Bióloga Dra. Josiane Teresinha Cardoso

Geóloga Dra. Raquel Valério de Sousa

Engº Agrônomo Dr. Silvio Rafaeli Neto

Engº Agrônomo MSc. Leonardo Josué Biffi

COLABORADORES PREFEITURAPONTE ALTA

Sandra A. R. S. Gonçalves

Maria Ortiz Amaral

Regine Neves

Ana Paula Ferreira

Neusa Moraes Stenger

Elza Mara Coelho

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1- Área plantada e quantidade produzida em 2012.....	17
Tabela 2- Usos das terras nos estabelecimentos agropecuários, ano de 2006.	17
Tabela 3 – Participação relativa da população residente por situação do domicílio e sexo, em Ponte Alta, no período 1980/2007.	18
Tabela 4 – Consumidores e consumo de energia elétrica em Ponte Alta no período de 2004-2008.	19
Tabela 5 – Número de consumidores e demanda de energia elétrica, segundo tipologia das unidades consumidoras – Ponte Alta – 2008.	20
Tabela 6- Produção extração vegetal em 2011.....	21
Tabela 7- Produtos de origem animal em 2012.....	22
Tabela 8- Efetivo no rebanho/número de cabeças em 2012 (IBGE).	22
Tabela 9-Índice de Desenvolvimento Humanos de Ponte Alta.....	24
Tabela 10- Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, 1991, 2000 e 2010.....	26
Tabela 11-Índice de Desenvolvimento Familiar de Ponte Alta – out/2008.	27
Tabela 12- Taxa bruta de natalidade por 1.000 habitantes, segundo Brasil, Santa Catarina e Ponte Alta no período 2002-2006.	28
Tabela 13- Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos, segundo Brasil, Santa Catarina e Ponte Alta no período 2002-2006.	29
Tabela 14- Esperança de vida ao nascer (em anos), segundo Brasil, Santa Catarina e Ponte Alta no período 1991/2000.....	29
Tabela 15- Disponibilidade de leitos de internação em dezembro de 2007.	30
Tabela 16- Número de profissionais vinculados por tipo de categoria, segundo Brasil, Santa Catarina e Ponte Alta – dez./2007	30
Tabela 17- Número de alunos matriculados por dependência administrativa em Ponte Alta no período 2003-2007.....	31
Tabela 18- Distribuição dos alunos por modalidade de ensino em Ponte Alta – 2007.	32
Tabela 19- Número de estabelecimentos de ensino segundo a modalidade – Ponte Alta 2002/2006	32
Tabela 20- Número de docentes segundo a modalidade de ensino – Ponte Alta 2002/2006	33

Tabela 21- Indicadores de atendimento educacional a criança – Ponte Alta-1991/2000	34
Tabela 22 - Fonte de receitas de Ponte Alta – 2003/2007.	35
Tabela 23- Receita orçamentária per capita de Ponte Alta de 2003 a 2007.	36
Tabela 24- Receita própria per capita de Ponte Alta de 2003 a 2007.	36
Tabela 25- Na sua residência é realizada a separação dos resíduos para coleta seletiva (lixo seco e orgânico/úmido)	37
Tabela 26- Sobre a compostagem de resíduos orgânicos (seleção dos resíduos orgânicos para transformar em adubo através da decomposição).....	37
Tabela 27- A cada quanto tempo é realizada a coleta de lixo na sua rua	38
Tabela 28- Qual o tipo de pavimentação da sua rua.....	38
Tabela 29- Qual o tipo de veículo coletor de lixo que passa na sua rua	38
Tabela 30- Quando algum familiar ou morador de sua residência necessita de cuidados de saúde, qual o destino que é dado para o lixo gerado (curativos, agulhas, seringas, etc...).....	38
Tabela 31- O que você faz com os medicamentos vencidos (comprimidos, xaropes, pomadas, etc).....	38
Tabela 32- O que você faz com o óleo de cozinha usado.....	38
Tabela 33- O que você faz com pilhas, baterias e lâmpadas usadas	39
Tabela 34- O que você faz com produtos eletro-eletrônicos (geladeira, tv, celular, etc) que não tem mais uso ou que estão estragados.....	39
Tabela 35- O que você faz com embalagens vazias de agrotóxicos.....	39
Tabela 36- Como é realizada a cobrança da coleta do lixo.....	39

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1– Localização Ponte Alta no mapa do estado de Santa Catarina.	14
Figura 2 – Acessos a Ponte Alta	15
Figura 3 - Climas de Santa Catarina	16
Figura 4 – Evolução populacional de Ponte Alta	18
Figura 5 - Comparativo da representatividade do consumo de energia elétrica do município e estado, segundo a tipologia das unidades consumidoras.....	20
Figura 6 - Mapa de pobreza e desigualdade dos municípios catarinenses	28

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	13
2.1. Histórico	13
2.2. Localização	14
2.3. Acessos.....	14
2.4. Dados Gerais	15
2.5. Caracterização Ambiental	16
2.5.1. Aspectos climáticos	16
2.5.2. Ocupação do solo.....	17
2.6. Dados censitários.....	17
2.6.1. População Total.....	17
2.6.2. Distribuição Populacional Segundo Gênero e Localização	18
2.6.3. Faixa Etária da População.....	18
2.7. Energia Elétrica.....	19
2.8. Atividades econômicas.....	20
2.8.1. Setor Primário.....	21
2.8.2. Setor Secundário	22
2.8.3. Setor Terciário	22
2.9. Indicadores sociais.....	22
2.9.1. IDH - Índice de desenvolvimento humano	23
2.9.2. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	25
2.9.3. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)	25
2.9.4. Mapa de Pobreza e Desigualdade.....	25
2.10. Saúde.....	28
2.10.1. Taxa Bruta de Natalidade	28
2.10.2. Taxa de Mortalidade Infantil	29
2.10.3. Esperança de Vida ao Nascer.....	29
2.10.4. Leitos Hospitalares no Município.....	30
2.10.5. Número de leitos hospitalares por 1.000 habitantes	30
2.11. Educação	31

2.11.4.	Indicadores de Atendimento Educacional e Nível Educacional da Criança e da População Adulta	33
2.11.5.	Índice da Educação Básica – IDEB	34
2.11.6.	Relação de Escolas Técnicas Profissionalizantes.....	34
2.12.	Finanças Públicas.....	34
2.12.1.	Receitas por fontes	34
2.12.2.	Receita orçamentária per capita.....	35
2.12.3.	Receita Própria Per Capita.....	36
3.	DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA.....	36
3.1.	Levantamento de dados junto a população.....	37
3.2.	Diagnóstico da gestão dos resíduos da construção civil e demolições	41
3.3.	Diagnóstico da gestão dos resíduos de serviço de saúde	41
3.4.	Diagnóstico da gestão dos resíduos industriais	42
3.5.	Diagnóstico dos resíduos especiais (pneumáticos, restaurantes, óleo automotivo, embalagens de agrotóxicos, pilhas, eletrônicos, etc)	42
3.6.	Diagnóstico da coleta de resíduos pela prefeitura	43
4.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

1. INTRODUÇÃO

O Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos constitui um instrumento que permite programar e executar as atividades capazes de disponibilizar as condições de melhorias e avanços no sentido de aumentar a eficácia e a efetividade da gestão de resíduos.

O Plano apontará projetos voltados à diminuição da produção de lixo (lixo zero), de logística reversa, de reuso, de reciclagem (plástico, vidro, papel, metal, orgânico), de geração de energia, e de destinação final ambientalmente adequada. A gestão adequada dos resíduos sólidos, objetivo maior do plano de resíduos, pressupõe a Educação Ambiental, a coleta seletiva, o estímulo à comercialização de materiais recicláveis, a compostagem, a inclusão de catadores e a adoção de sistema ambientalmente adequado para a disposição final de rejeitos.

O processo de elaboração do plano de resíduos deve assegurar a efetiva participação e o controle social nas fases de formulação e acompanhamento da implantação da política intermunicipal de resíduos sólidos, bem como na avaliação da consecução das metas do Plano.

A falta de planejamento municipal e a ausência de uma análise integrada conciliando aspectos sociais, econômicos e ambientais resultam em ações fragmentadas e nem sempre eficientes que conduzem para um desenvolvimento desequilibrado e com desperdício de recursos. A falta de um plano de gestão de resíduos sólidos ou a adoção de soluções ineficientes trazem danos econômicos, ambientais e sociais na medida em que estão relacionados à saúde pública. Em contraposição, ações adequadas nesta área reduzem significativamente os gastos públicos, o impacto ambiental e a qualidade de vida da população. Acompanhando a preocupação das diferentes escalas de governo com questões relacionadas ao gerenciamento dos resíduos sólidos, a Lei Federal nº. 12.305/10, regulamentada pelo Decreto nº 7.404/10, estabelece as diretrizes nacionais para os Resíduos Sólidos e para a Política Federal do setor.

O presente projeto é um instrumento fundamental para organizar a sistemática envolvida com resíduos sólidos na região, indicando as melhores tecnologias de tratamento, locais para disposição, criação de cooperativas organizadas e também a promoção da educação ambiental na região. Os resultados

poderão ser utilizados como exemplos de ações onde a universidade cumpre seu papel de forma enfática: produção e geração de conhecimento e recursos humanos capacitados para o desenvolvimento da região.

Por fim, o objetivo desse trabalho é Elaborar o Plano Intermunicipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PIGIRS), em conjunto com o Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense (CISAMA), para disposição e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e do gerenciamento dos serviços de limpeza pública, coleta e transporte do resíduo sólidos urbanos das cidades de Anita Garibaldi, Bocaina do Sul, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo, Capão Alto, Cerro Negro, Correia Pinto, Otacílio Costa, Painel, Palmeira, Ponte Alta, Rio Rufino, São Joaquim, São José do Cerrito, Urubici e Urupema em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010 e Decreto 7.404 de 23 de dezembro de 2010.

Para que possa ser possível fazer um bom plano, esse capítulo visa fazer o diagnóstico dos 17 municípios citados acima com sua caracterização e diagnóstico do sistema de limpeza pública para posterior tomada de decisões.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1. Histórico

A história de Ponte Alta está ligada à do município de Curitibaanos. Desde época remotas, tropeiros vindo do Sul, rumo a São Paulo, conduziam manadas de muares, empregados nas jazidas de ouro, em Minas Gerais.

Presume-se que o início do povoamento tenha ocorrido nos primórdios do século XIX. A dificuldade nas comunicações retardou a aumento populacional e o progresso. Ponte Alta sofreu, ainda, as consequências da Guerra Sertaneja do Contestado.

Distrito criado com a denominação de Ponte Alta do Sul, pelo decreto estadual nº 200, de 25-01-1932, subordinado ao município de Curitibaanos.

Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Ponte Alta do Sul figura no município de Curitibaanos. Pelo decreto-lei estadual nº 86, de 31-03-1938, o distrito de Ponte Alta do Sul, teve sua denominação simplificada para Ponte Alta.

No quadro fixado para vigorar no período de 1944-1948, o distrito de Ponte Alta permanece no município de Curitibaanos.

Em divisão territorial datada de 1-07-1955, o distrito de Ponte Alta. Figura no município de Curitibaanos.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1-07-1960.

Elevado à categoria de município com a denominação de Ponte Alta, pela lei estadual nº 981, de 22-07-1964, desmembrado de Curitibaanos. Sede no antigo distrito de Ponte Alta. Constituído do distrito sede. Instalado em 20-09-1964.

Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003.

Alteração toponímica distrital de Ponte Alta do Sul para Ponte Alta alterado, pelo decreto-lei estadual nº 86, de 31-03-1938.

2.1.1. Pontos turísticos

A gruta do cafundó é um conjunto natural localizado a 18 Km da rodovia BR-116, próximo à cidade de Ponte Alta, em Santa Catarina.

Trata-se de uma caverna na qual é possível avistar uma queda d'água de mais de 40 metros de altura. Além de ser um ponto turístico, o local virou centro de romarias e cenário de lendas fantásticas narradas por moradores. (PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA, 2014).

2.2. Localização

Ponte Alta é um município catarinense, integrante da microrregião de Curitibaanos, na mesorregião Serrana. O município possui área de 566,754 km², localiza-se a uma latitude 27° 29' 03" Sul e a uma longitude 50° 22' 49" Oeste, estando a uma altitude de 856 metros. Seus municípios limítrofes são Correia Pinto, Palmeira, Otacilio Costa, São Cristóvão do Sul e Curitibaanos.

A Figura 1 apresenta a localização do município de Poente Alta , destacado em vermelho.

Figura 1– Localização Ponte Alta no mapa do estado de Santa Catarina.



Fonte:Wikipedia (2013a).

2.3. Acessos

O principal acesso ocorre pela BR-116, rodovia que corta o Estado no sentido sul-norte, é também o principal acesso à região da AMURES, sendo um dos principais corredores de ligação entre Santa Catarina e os estados do Rio Grande do

Sul e Paraná. As principais vias de acesso a Ponte Alta podem ser observadas na Figura 2

Figura 2 – Acessos a Ponte Alta



Fonte: Google Maps (2013).

2.4. Dados Gerais

- ✓ PIB = R\$ 66.537 mil (IBGE, 2011);
- ✓ PIB per capita = R\$ 13.654,15 (IBGE, 2011);
- ✓ IDH = 0,673 (PNDU, 2010);
- ✓ Ano de instalação: 22 de julho 1964 (PNDU, 2010);
- ✓ População = 4.894 (IBGE, 2010);
- ✓ Altitude: 856 metros acima do nível do mar;
- ✓ Área = 568.960 km² (IBGE, 2010);
- ✓ Densidade demográfica = 8,60 hab/km² (IBGE, 2010);
- ✓ Gentílico = ponte-altense (IBGE, 2010);
- ✓ Secretaria de Desenvolvimento Regional de SC: SDR – Lages
- ✓ Associação dos Municípios: AMURES - Associação dos Municípios da Região Serrana
- ✓ Principais atividades econômicas: silvicultura e produção de mel.

2.5. Caracterização Ambiental

2.5.1. Aspectos climáticos

O clima de Ponte Alta, segundo Köppen-Geiger, está categorizado no grupo C como mesotérmico úmido (Cfb), sem estação seca, com verões frescos no centro sul e verão ameno nas demais áreas (temperatura média do mês mais quente inferior a 22°C) (Figura 3). As temperaturas médias anuais variam entre 12°C e 16°C de acordo com a altitude podendo chegar no inverno a 4°C negativos e as chuvas superam 1.500 mm bem distribuídas por todo ano, com maior intensidade de junho a agosto e menor de janeiro a março (WIKIPEPIA, 2013).

Figura 3 - Climas de Santa Catarina



Fonte: WIKIPEDIA, 2013.

Descrição do clima Cfb segundo classificação climática de Köppen-Geiger (WIKIPEDIA, 2013)

Código C – Tipo: Clima temperado: Climas mesotérmicos, temperatura média do ar dos 3 meses mais frios compreendidas entre -3°C e 18°C, temperatura média do mês mais quente > 10°C, estações de Verão e Inverno bem definidas.

Código f: Clima úmido, ocorrência de precipitação em todos os meses do ano, Inexistência de estação seca definida.

Código b – Temperatura média do ar no mês mais quente < 22 °C, temperaturas médias do ar nos 4 meses mais quentes > 10 °C

Apresenta uma temperatura média de 16°C. (WIKIPEDIA, 2013).

2.5.2. Ocupação do solo

Segundo o IBGE, o município de Ponte Alta é produtor agrícola de alho, arroz, batata inglesa, cebola, feijão, mandioca, melancia, milho e soja. A área plantada e a quantidade produzida em 2012 encontram-se na Tabela 1. O uso das terras nos estabelecimentos agropecuários se encontra na Tabela 2.

Tabela 1- Área plantada e quantidade produzida em 2012.

	Alho	Arroz	Batata	Cebola	Feijão	Mandioca	Melancia	Milho	Soja
Área plantada (ha)	20	15	50	30	400	15	20	1.200	200
Quantidade produzida (t)	200	30	800	450	720	195	400	5.760	480

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal 2012.

Tabela 2- Usos das terras nos estabelecimentos agropecuários, ano de 2006.

Estabelecimentos	Lavouras	Pastagens	Matas e florestas
1388	6.668 há	11.464 há	19.450 há

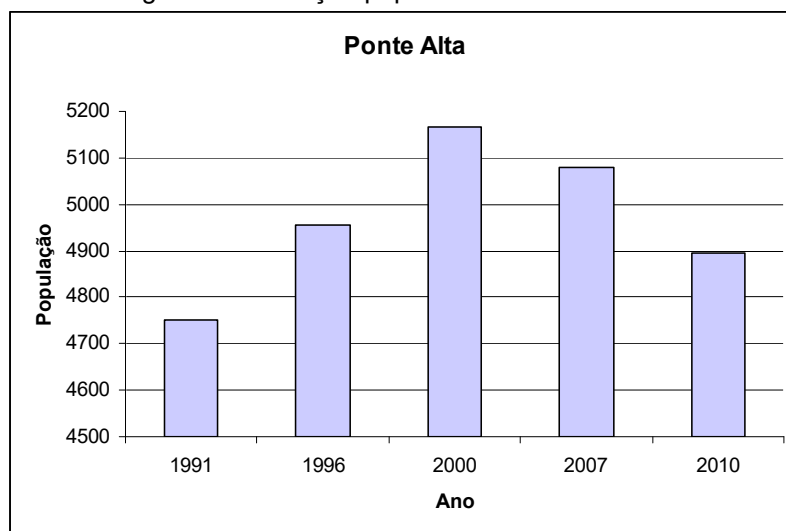
Fonte: Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.

2.6. Dados censitários

2.6.1. População Total

A população de Ponte Alta apresentou uma diminuição de 5,3% comparando os dois últimos censos demográficos completos, realizados em 2000 e 2010. De acordo com as estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o ano de 2013, a população da cidade estava composta de 4.885 habitantes, o equivalente a 0,1% da população do estado. A Figura 4 demonstra a evolução populacional do município entre 1991 até 2010.

Figura 4 – Evolução populacional de Ponte Alta.



Fonte: IBGE, 2010.

2.6.2. Distribuição Populacional Segundo Gênero e Localização

A distribuição populacional por gênero segundo dados do IBGE extraídos do Contagem Populacional 2007 aponta que, no município, os homens representam 49,8% da população e as mulheres, 50,2%. A Tabela 3 apresenta dados populacionais segundo sexo e situação do domicílio no município.

Tabela 3 – Participação relativa da população residente por situação do domicílio e sexo, em Ponte Alta, no período 1980/2007.

Ano	Total	Sexo		Localidade	
		Homens	Mulheres	Urbana	Rural
1980	4.926	2.455	2.471	2.535	2.391
1991	4.752	2.385	2.367	3.045	1.707
1996	4.976	2.489	2.484	3.563	1.410
2000	5.168	2.600	2.568	3.783	1.385
2007	5.080	2.528	2.552	3.880	1.200

Fonte: IBGE, 2007.

2.6.3. Faixa Etária da População

A estrutura etária de uma população habitualmente é dividida em três faixas: os jovens, que compreendem do nascimento até 19 anos; os adultos, dos 20 anos até 59 anos; e os idosos, dos 60 anos em diante. Segundo esta organização, no município, em 2007, os jovens representavam 37,8% da população, os adultos 51,1% e os idosos, 11,1%.

Ainda relacionado a faixa etária da população compete mencionar a questão da população economicamente ativa (PEA), que se caracteriza por abranger todos os indivíduos de um lugar que, em tese, estariam aptos ao trabalho, ou seja, todos os indivíduos ocupados e desempregados.

No Brasil, o IBGE calcula a PEA como o conjunto de pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego. Apesar do trabalho de crianças ser proibido no Brasil, o IBGE calcula a PEA considerando pessoas a partir dos 10 anos de idade, uma vez que a realidade no país mostra uma situação diferente do que prega a lei. Tomando por base a metodologia do IBGE, a PEA de Ponte Alta no ano de 2007 representava 80,9% dos habitantes.

2.7. Energia Elétrica

Em Ponte Alta, o número de unidades consumidoras de energia elétrica apresentou um aumento de 5,9% no período de 2004 a 2008. A evolução do consumo de energia no mesmo período foi de 27,1% (Tabela 4).

Tabela 4 – Consumidores e consumo de energia elétrica em Ponte Alta no período de 2004-2008.

Ano	Nº de unidades consumidoras	Consumo Total (kW/h)	Média de Consumo Anual Per Capita (kW/h)
2004	1.723	4.322.634	2.508,8
2005	1.748	4.892.182	2.798,7
2006	1.827	4.467.171	2.445,1
2007	1.826	4.762.963	2.608,4
2008	1.824	5.496.141	3.013,2
Evolução no período 2004/2008	5,9%	27,1%	20,1%

Fonte: CELESC, 2008.

No município a classe de consumidores residenciais representa 32,6% do consumo de energia elétrica, a industrial 13,3% e a comercial 8,8%. (Tabela 5).

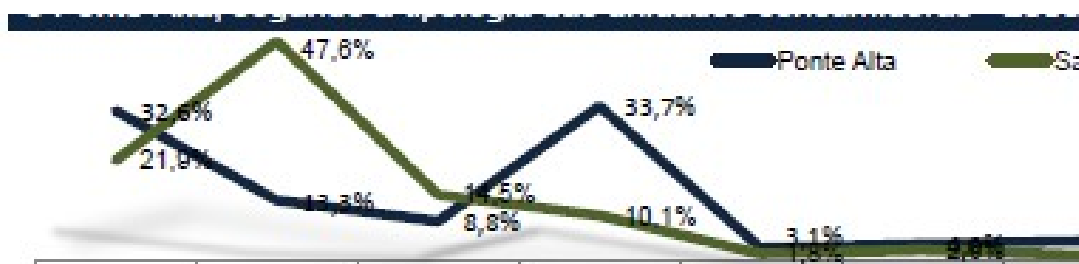
Tabela 5 – Número de consumidores e demanda de energia elétrica, segundo tipologia das unidades consumidoras – Ponte Alta – 2008.

Tipo de consumidor	Nº de unidades consumidoras	Consumo total (kW/h)	Representatividade no consumo
Residencial	1.200	1.793.499	32,6%
Industrial	19	730.449	13,3%
Comercial	83	481.741	8,8%
Rural	481	1.849.848	33,7%
Poderes Públicos	36	172.562	3,1%
Iluminação Pública	1	217.856	4,0%
Serviço Público	3	247.916	4,5%
Consumo Próprio	1	2.270	0,0%
Total	1.824	5.496.141	100,0%

Fonte: Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC).

A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta o comparativo da representatividade do consumo de energia elétrica do município e estado, segundo a tipologia das unidades consumidoras.

Figura 5 - Comparativo da representatividade do consumo de energia elétrica do município e estado, segundo a tipologia das unidades consumidoras.



Fonte: Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC).

2.8. Atividades econômicas

O produto interno bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região (quer seja, países, estados, cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano, etc). O PIB é um dos indicadores mais utilizados na macroeconomia com o objetivo de mensurar a atividade econômica de uma região (WIKIPEDIA, 2010).

2.8.1. Setor Primário

O setor primário está relacionado à produção através da exploração de recursos naturais. Podem-se citar como exemplos de atividades econômicas do setor primário: agricultura, mineração, pesca, pecuária, extrativismo vegetal e caça. É o setor primário que fornece a matéria-prima para a indústria de transformação. Este setor da economia é muito vulnerável, pois depende muito dos fenômenos da natureza como, por exemplo, do clima.

A produção e exportação de matérias-primas não geram muita riqueza para os países com economias baseadas neste setor econômico, pois estes produtos não possuem valor agregado como ocorre, por exemplo, com os produtos industrializados.

No município existe reflorestamento de pinus e eucalipto, com uma produção vegetal expressiva (Tabela 6).

Tabela 6- Produção extração vegetal em 2011.

Madeira (lenha) (m ³)	Lenha (m ³)	Madeira em tora (m ³)
8.100	4.500	210.000

Fonte: IBGE, Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura 2011.

Conforme dados da Pesquisa Empresarial do IBGE (2010), a renda mensal do pessoal ocupado no setor agrícola, pecuária, silvicultura e exploração florestal em Ponte alta é de R\$ 340,00/mês. A produção de leite de vaca, mel, ovos e rebanhos são significativos no município (Tabelas 7 e 8).

Tabela 7- Produtos de origem animal em 2012.

Leite (1.000l)	Mel de Abelha (kg)	Ovos galinha (1.000 dz)
1.650	2.500	2.700

Fonte: IBGE, 2012.

Tabela 8- Efetivo no rebanho/número de cabeças em 2012 (IBGE).

Bovinos	Aves	Ovinos	Suínos
16.007	228.500	1.069	750

Fonte: IBGE, 2012.

2.8.2. Setor Secundário

É o setor da economia que transforma as matérias-primas (produzidas pelo setor primário) em produtos industrializados (roupas, máquinas, automóveis, alimentos industrializados, eletrônicos, casas, etc). Como há conhecimentos tecnológicos agregados aos produtos do setor secundário, o lucro obtido na comercialização é significativo. Países com elevado grau de desenvolvimento possuem uma significativa base econômica concentrada no setor secundário. A exportação destes produtos também pode gerar riquezas para as indústrias destes países.

2.8.3. Setor Terciário

É o setor econômico relacionado aos serviços. Os serviços são produtos não materiais em que pessoas ou empresas prestam a terceiros para satisfazer determinadas necessidades. Como atividades econômicas deste setor podemos citar: comércio, educação, saúde, telecomunicações, serviços de informática, seguros, transporte, serviços de limpeza, serviços de alimentação, turismo, serviços bancários e administrativos, transportes, etc.

2.9. Indicadores sociais

Esta seção apresenta uma visão geral de Ponte Alta sobre o ponto de vista de seus aspectos sociais. Deste modo, realizou-se um estudo do desempenho do município nos últimos anos frente à evolução de seus indicadores de desenvolvimento humano, suas ações no campo da saúde e da educação, e da condição dos domicílios.

Os Indicadores sociais apresentados serão os seguintes: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Índice de Desenvolvimento Socioeconômico e Mapa de Pobreza e Desigualdade (IDESE).

2.9.1. IDH - Índice de desenvolvimento humano

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulga todos os anos o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana (PNUD, 2010).

No IDH estão equacionados três sub-índices direcionados às análises educacionais, renda e de longevidade de uma população. O resultado das análises educacionais é medida por uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada nos três níveis de ensino (fundamental, médio e superior). Já o resultado do sub-índice renda é medido pelo poder de compra da população, baseado pelo PIB per capitã, ajustado ao custo de vida local para torná-lo comparável entre países e regiões, através da metodologia conhecida como paridade do poder de compra (PPC). E por último, o sub-índice longevidade, tenta refletir as contribuições da saúde da população medida pela esperança de vida ao nascer. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) é obtido pela média aritmética simples de três sub-índices, referentes à Longevidade, Educação e Renda (PNUD, 2010).

A metodologia de cálculo do IDH envolve a transformação destas três dimensões em índices de longevidade, educação e renda, que variam entre zero (0) (pior) e um (1) (melhor), e a combinação destes índices em um indicador síntese. Quanto mais próximo de um (1) o valor deste indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região (PNUD, 2010).

A Tabela 9 mostra o IDH dos diferentes sub-índices para o município de Ponte Alta.

Tabela 9-Índice de Desenvolvimento Humanos de Ponte Alta.

Sub-índice	IDH 1991	IDH 2000	IDH 2010
IDH - Educação:	0,186	0,316	0,568
IDH - Renda:	0,592	0,599	0,666
IDH - Longevidade	0,662	0,743	0,804
IDH - Municipal:	0,418	0,520	0,673

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Ponte Alta é 0,673, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,6 e 0,699). Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,252), seguida por Renda e por Longevidade. Entre 1991 e 2000, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,130), seguida por Longevidade e por Renda. (PNUD, 2013).

Ponte Alta teve um incremento no seu IDHM de 61,00% nas últimas duas décadas, acima da média de crescimento nacional (47%) e acima da média de crescimento estadual (42%). O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 43,81% entre 1991 e 2010 (PNUD, 2013).

Segundo PNUD 2013, Ponte Alta ocupa a 2598^a posição, em 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 2597 (46,67%) municípios estão em situação melhor e 2.968 (53,33%) municípios estão em situação igual ou pior.

Em relação aos 293 outros municípios de Santa Catarina, Ponte Alta ocupa a 267ª posição, sendo que 266 (90,78%) municípios estão em situação melhor e 27 (9,22%) municípios estão em situação pior ou igual.

2.9.2. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) propostos pela ONU em 2000 e ratificados por 191 países têm como finalidade a redução da extrema pobreza e da fome no mundo até 2015.

2.9.3. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE)

O Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (IDESE) é um índice sintético desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), inspirado no IDH, que abrange um conjunto amplo de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; e saúde.

Ele tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento do estado, de seus municípios e Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDEs), informando a sociedade e orientando os governos (municipais e estadual) nas suas políticas socioeconômicas. O IDESE varia de zero a um e, assim como o IDH, permite que se classifique o Estado, os municípios ou os COREDEs em três níveis de desenvolvimento: baixo (índices até 0,499), médio (entre 0,500 e 0,799) ou alto (maiores ou iguais a 0,800).

2.9.4. Mapa de Pobreza e Desigualdade

No mapa da pobreza e desigualdade são apresentados os seguintes indicadores: Incidência da Pobreza, Incidência da Pobreza Subjetiva e Índice de Gini. O Índice de Gini consiste em um número entre 0 e 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (uma pessoa tem toda a renda).

A renda per capita média de Ponte Alta cresceu 58,15% nas últimas duas décadas, passando de R\$318,35 em 1991 para R\$332,68 em 2000 e R\$503,47 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 4,50% no primeiro período e 51,34% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 21,75% em 1991 para 18,21% em 2000 e para 2,20% em 2010 (Tabela 10).

Tabela 10- Indicadores de renda, pobreza e desigualdade, 1991, 2000 e 2010.

	1991	2000	2010
Renda per capita média (R\$)	318,35	332,68	503,47
Proporção de pobres (%)	47,76	38,68	12,44
Proporção de extremamente pobres (%)	21,75	18,21	2,20
Índice de Gini	0,61	0,59	0,45

Fonte: Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013.

2.9.4.1. Índice de Desenvolvimento Familiar – IDF

Como outros indicadores que abordam a pobreza em diversas perspectivas, o IDF varia entre 0 e 1. Quanto melhores as condições da família, mais próximo de 1 será o seu indicador. A unidade de análise do IDF é a família, e não o indivíduo. No entanto, o indicador de cada família se constrói a partir dos dados pessoais de seus integrantes (SEBRAE, 2010).

Para contemplar as diversas dimensões da pobreza e a forma como elas afetam o desenvolvimento dos indivíduos dentro de um núcleo familiar, o IDF foi elaborado a partir de seis aspectos: vulnerabilidade; acesso ao conhecimento; acesso ao trabalho; disponibilidade de recursos; desenvolvimento infantil e condições habitacionais (SEBRAE, 2010).

Compete salientar que o IDF é um índice sintético do nível de desenvolvimento das famílias e se restringe à população pobre que foi inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) nos municípios, não permitindo comparações entre municípios, microrregiões, estados e regiões. Assim, os valores do IDF municipal são baseados exclusivamente nos cadastrados, levando em consideração as diferenças na forma de coleta dos dados, a abrangência do cadastramento e a frequência de atualização das informações (SEBRAE, 2010).

De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social, o IDF de Ponte Alta está organizado conforme a Tabela 11.

Tabela 11-Índice de Desenvolvimento Familiar de Ponte Alta – out/2008.

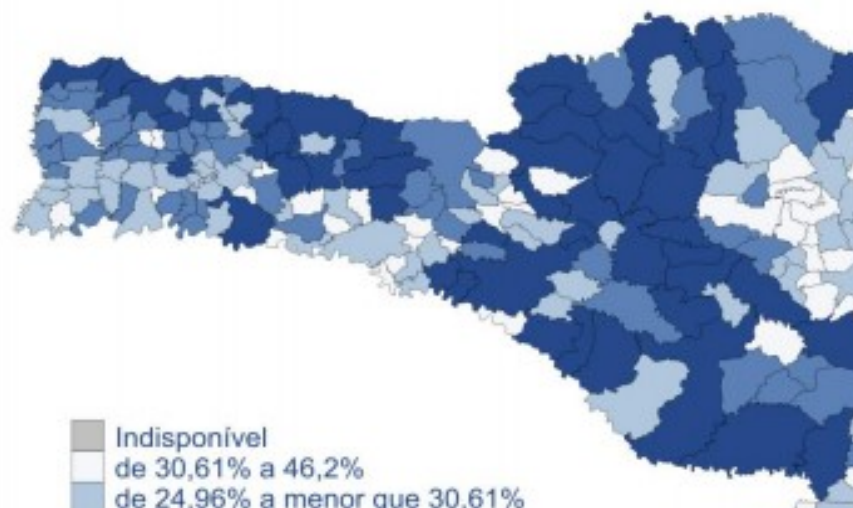
Índice de Desenvolvimento Familiar	0,560
Acesso ao trabalho	0,090
Disponibilidade de recursos	0,720
Desenvolvimento infantil	0,670
Condições habitacionais	0,780
Acesso ao conhecimento	0,400

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, Cadastro Único para Programas Sociais, Índice de Desenvolvimento Familiar.

2.9.4.2. Incidência de Pobreza no Município

Segundo dados do IBGE relacionados ao Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros - 2003, a incidência de pobreza em Ponte Alta atinge 35,3% da população do município. A pobreza absoluta é medida a partir de critérios definidos por especialistas que analisam a capacidade de consumo das pessoas, sendo considerada pobre aquela pessoa que não consegue ter acesso a uma cesta alimentar e a bens mínimos necessários a sua sobrevivência. A **Erro! Fonte de referência não encontrada.** demonstra um panorama dos municípios catarinenses frente à incidência de pobreza. (SEBRAE, 2010).

Figura 6 - Mapa de pobreza e desigualdade dos municípios catarinenses



Fonte: IBGE, Mapa de Pobreza e Desigualdade dos Municípios Brasileiros, 2003.

2.10. Saúde

2.10.1. Taxa Bruta de Natalidade

Em 2002, a taxa bruta de natalidade de Ponte Alta era de 21,5 nascidos vivos por mil habitantes (Tabela 12). Em 2006, esta taxa passou para 19,4 nascidos vivos por mil habitantes, representando no período uma queda de 9,9%. No mesmo período, Santa Catarina apresentou uma queda de 9% desta taxa. (SEBRAE, 2010).

Tabela 12- Taxa bruta de natalidade por 1.000 habitantes, segundo Brasil, Santa Catarina e Ponte Alta no período 2002-2006.

Ano	Ponte Alta	Santa Catarina	Brasil
2002	21,5	15,5	17,5
2003	13,6	14,8	17,2
2004	19,3	15,0	16,9
2005	18,1	14,4	16,5
2006	19,4	14,1	15,8

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações de Nascidos vivos (SINASC).

2.10.2. Taxa de Mortalidade Infantil

Em 2006, a taxa de mortalidade infantil do município era de 37,7 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, enquanto que a média catarinense e brasileira era de respectivamente 12,6 e 16,4 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos, conforme demonstra Tabela 13 (SEBRAE, 2010).

Tabela 13- Mortalidade infantil por 1.000 nascidos vivos, segundo Brasil, Santa Catarina e Ponte Alta no período 2002-2006.

Ano	Ponte Alta	Santa Catarina	Brasil
2002	21,5	15,3	19,3
2003	13,6	14,1	18,9
2004	19,3	13,6	17,9
2005	18,1	12,6	17,0
2006	19,4	12,6	16,4

Fonte: Ministério da Saúde, Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC).

Nota: Considera apenas os óbitos e nascimentos coletados pelo SIM/SINASC.

2.10.3. Esperança de Vida ao Nascer

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 2000, a expectativa de vida em Ponte Alta era de 68,8 anos. Na tabela 14 é exposta a evolução da esperança de vida ao nascer do município comparativamente à média catarinense e a nacional.

Tabela 14- Esperança de vida ao nascer (em anos), segundo Brasil, Santa Catarina e Ponte Alta no período 1991/2000.

Ano	Ponte Alta	Santa Catarina	Brasil
1991	64,7	70,2	64,7
2000	68,8	73,7	68,6
Evolução 1991/2000	6,3%	5,0%	6,0%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

2.10.4. Leitos Hospitalares no Município

Em 2007, Ponte Alta contava com 55 leitos de internação. Os mais representativos em números absolutos estão relacionados ao atendimento clínico e obstétrico. Do total de leitos existentes no município, 45 leitos (82%), realizam atendimentos pelo Sistema Único de Saúde – SUS. (Tabela 15) (SEBRAE, 2010).

Tabela 15- Disponibilidade de leitos de internação em dezembro de 2007.

Especialidade	Número de Leitos
Cirúrgicos	8
Clínicos	34
Obstétrico	9
Pediátrico	4
Outras especialidade	-

Fonte: Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)

2.10.5. Número de leitos hospitalares por 1.000 habitantes

No estado, em 2007, havia 2,5 leitos de internação para cada 1.000 habitantes, índice que cai para 1,9 quando considerado os leitos disponibilizados pelo Sistema Único de Saúde – SUS. No mesmo ano, em Ponte Alta eram 8,2 leitos hospitalares para cada 1.000 habitantes.

2.10.6. Número de Profissionais Ligados à Saúde

Em 2007 eram 52 profissionais ligados à saúde em Ponte Alta. A Tabela 16 detalha a especialidade e o número de profissionais disponíveis no município.

Tabela 16- Número de profissionais vinculados por tipo de categoria, segundo Brasil, Santa Catarina e Ponte Alta – dez./2007

Recursos humanos vinculados segundo as categorias selecionadas	Ponte Alta	Santa Catarina	Brasil
Pediatra	-	2.340	63.514
Médico Cirurgião Geral	-	23.577	634.003
Médico Clínico Geral	1	4.427	127.230
Médico da Família	2	1.485	32.252

Recursos humanos vinculados segundo as categorias selecionadas	Ponte Alta	Santa Catarina	Brasil
Cirurgião dentista	5	5.664	112.611
Enfermeiro	3	3.531	117.763
Técnico de Enfermagem	8	6.118	125.294
Fisioterapeuta	-	1.541	37.062
Assistente Social	-	625	18.698
Psicólogo	1	1.082	28.324
Auxiliar de enfermagem	15	7.510	320.145
Fonoaudiólogo	-	500	12.976

Fonte: Ministério da Saúde, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES).
Nota: Se um profissional tiver vínculo com mais de um estabelecimento, ele será contado tantas vezes quantos vínculos houver.

2.11. Educação

Os dados apresentados nesta seção foram coletados do Ministério da Educação e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. A organização destas informações permite avaliações sobre a evolução de diversos indicadores relacionados à educação no município de Ponte Alta.

2.11.1. Alunos Matriculados por Dependência Administrativa

Ponte Alta tem 1.400 alunos matriculados, sendo este número resultado do balanço do Ministério da Educação relativo ao ano de 2007. Na comparação dos dados de 2003 a 2007 houve um decréscimo de 8,1% no número de matrículas no município (Tabela 17).

Com relação a oferta destas matrículas, a rede municipal e estadual juntas respondem por 100% do número de matriculados no município.

Tabela 17- Número de alunos matriculados por dependência administrativa em Ponte Alta no período 2003-2007.

Ano	Municipal	Estadual	Privada	Total
2003	576	947	-	1.523
2004	577	816	-	1.393
2005	553	809	-	1.362
2006	542	781	-	1.323

Ano	Municipal	Estadual	Privada	Total
2007	529	871	-	1.400
% relativo em 2007	37,8%	62,2%	-	100%
Evolução no período 2003/2007	-8,2%	-8,0%	-	-8,1%

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais (Edudata) e Censo Escolar.

2.11.2. Distribuição do Número de Alunos por Modalidade de Ensino

Os dados extraídos do Ministério da Educação apontam que em 2007 o maior contingente de alunos matriculados no município estava relacionado ao ensino fundamental e médio. A Tabela 18 demonstra o número de alunos matriculados segundo as modalidades de ensino em 2007.

Tabela 18- Distribuição dos alunos por modalidade de ensino em Ponte Alta – 2007.

Modalidade de ensino	Alunos	% relativo
Creche	129	9,2%
Pré-escola	156	11,1%
Ensino Fundamental	860	61,4%
Ensino Médio	156	11,1%
Educação Profissional	-	0,0%
Educação especial	2	0,1%
Educação de jovens e adultos	97	6,9%
Total	1.400	100,0%

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Censo Escolar.

2.11.3. Número de Estabelecimentos de Ensino e Docentes no Município

No período de 2002 a 2006 o número de estabelecimentos de ensino e docentes do município, registrou uma alta de 8,3%, enquanto o número de docentes registrou uma queda de 2,2%, conforme demonstram as Tabelas 19 e 20.

Tabela 19- Número de estabelecimentos de ensino segundo a modalidade – Ponte Alta 2002/2006

Modalidade de ensino	2002	2006	Evolução 2002/2006
----------------------	------	------	--------------------

Modalidade de ensino	2002	2006	Evolução 2002/2006
Creche	1	4	300,0%
Pré-escola	4	5	25,0%
Ensino Fundamental	5	3	-40,0%
Ensino Médio	1	1	0,0%
Educação especial	-	-	0,0%
Educação de Jovens e Adultos	1	-	0,0%
Total	12	13	8,3%

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais (Edudata).

Tabela 20- Número de docentes segundo a modalidade de ensino – Ponte Alta 2002/2006

Modalidade de ensino	2002	2006	Evolução 2002/2006
Creche	4	14	250,0%
Pré-escola	13	8	-38,5%
Ensino Fundamental	60	59	-1,7%
Ensino Médio	13	10	-23,1%
Educação especial	-	-	0,0%
Educação de Jovens e Adultos	3	-	0,0%
Total	93	91	-2,2%

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais (Edudata).

2.11.4. Indicadores de Atendimento Educacional e Nível Educacional da Criança e da População Adulta

Na década de 90 o município conseguiu melhorar seu desempenho frente a diversos indicadores de atendimento à educação. Ressalta-se, neste sentido, a redução da taxa de analfabetismo e a melhoria dos índices de acesso da população das diferentes faixas etárias às diversas modalidades de ensino.

A Tabela 21 aponta indicadores relacionados ao atendimento e nível educacional da população infantil no município em 1991 e 2000.

Tabela 21- Indicadores de atendimento educacional a criança – Ponte Alta-1991/2000

Indicador	Ano 1991	Ano 2000	Evolução do indicador 1991/2000
% de crianças de 5 a 6 anos na escola	62,3%	62,3%	0,0%
% de crianças de 7 a 14 anos na escola	76,4%	91,8%	20,1%
% de crianças de 7 a 14 anos com acesso ao curso fundamental	86,1%	91,8%	6,6%
% de crianças de 7 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	75,8%	84,6%	11,6%
% de crianças de 7 a 14 anos analfabetas	33,9%	24,8%	-26,8%
% de crianças de 10 a 14 anos na escola	11,5%	5,8%	-49,7%
% de crianças de 10 a 14 anos com mais de um ano de atraso escolar	72,1%	89,5%	24,2%
% de crianças de 10 a 14 anos com menos de quatro anos de estudo	51,6%	34,6%	-33,0%
% de crianças de 10 a 14 anos analfabetas	5,7%	1,4%	-75,2%

Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

2.11.5. Índice da Educação Básica – IDEB

O IDEB é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e médias de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP. Este índice permite traçar metas de qualidade educacional para a educação (SEBRAE, 2010).

Em 2007, a média do IDEB alcançada pelo município foi de 3,6 para os anos iniciais do ensino fundamental e 3,7 para os anos finais. Para 2007, a meta projetada era de 3,8 para os anos iniciais do ensino fundamental (SEBRAE, 2010).

2.11.6. Relação de Escolas Técnicas Profissionalizantes

Segundo dados do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), em 2009, não foram identificadas instituições de ensino técnico profissionalizante no município.

2.12. Finanças Públicas

2.12.1. Receitas por fontes

Em 2007, a receita corrente de Ponte Alta e a receita de capital representavam, respectivamente, 92% e 8% da composição orçamentária do município. No período de 2003/2007, a receita do município apresentou uma alta de 59,5% (Tabela 22).

Tabela 22 - Fonte de receitas de Ponte Alta – 2003/2007.

Fontes	Receita 2003 (R\$)	Participação (2003)	Receita 2007 (R\$)	Participação (2007)	Evolução 2003/2007
Receita Corrente	5.245.503,53	99,6%	7.733.330,99	92,0%	47,4%
Receita Tributária	319.610,24	6,1%	621.688,85	7,4%	94,5%
IPTU	91.841,63	1,7%	96.873,08	1,2%	5,5%
IRRF	46.482,22	0,9%	65.221,04	0,8%	40,3%
ISS	75.096,06	1,4%	363.377,15	4,3%	383,9%
ITBI	71.937,32	1,4%	61.477,32	0,7%	-14,5%
Taxas	32.632,05	0,6%	34.740,25	0,4%	6,5%
Contribuições de Melhoria	1.620,96	0,0%	-	0,0%	-100,0%
Receita de Contribuições	53.455,19	1,0%	77.136,48	0,9%	44,3%
Receita Patrimonial	882,11	0,0%	43.597,32	0,5%	4842,4%
Receita Agropecuária	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Receita Industrial	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Receita de Serviços	48.249,64	0,9%	63.380,40	0,8%	31,4%
Transferências Correntes	4.757.158,89	90,3%	6.734.434,30	80,1%	41,6%
ICMS	1.538.042,68	29,2%	2.530.004,86	30,1%	64,5%
FPM	2.540.939,26	48,2%	3.607.208,02	42,9%	42,0%
Outras	678.176,95	12,9%	597.221,42	7,1%	-11,9%
Transferências e Deduções Fundef/Fundeb	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras Receitas Correntes	66.147,45	1,3%	193.093,63	2,3%	191,9%
Receita de Capital	21.971,61	0,4%	670.403,68	8,0%	2951,2%
Operações de Crédito	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Alienação de Bens	21.971,61	0,4%	-	0,0%	-100,0%
Amortização de Empréstimos	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Transferências de Capital	-	0,0%	670.403,68	8,0%	0,0%
Outras Receitas de Capital	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Total	5.267.475,14	100,0%	8.403.734,68	100,0%	59,5%

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Indicadores Financeiros e Sociais dos Municípios de SC 2007.

2.12.2. Receita orçamentária per capita

A receita orçamentária per capita anual do município apresentou uma alta de 57,9% no período de 2003 a 2007. No mesmo período, a média da receita orçamentária per capita do estado foi de 40,7% (Tabela 23).

Tabela 23- Receita orçamentária per capita de Ponte Alta de 2003 a 2007.

Ano	Receita orçamentária “per capita” municipal (R\$)	Média Estadual Receita “per capita” (R\$)	Posição estadual (293 municípios)
2003	994,61	1.258,43	183º
2004	1.059,13	1.354,45	188º
2005	1.197,58	1.523,35	176º
2006	1.513,63	1.681,63	135º
2007	1.570,50	1.770,27	139º
Evolução 2003/2007	57,9%	40,7%	

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Indicadores Financeiros e Sociais dos Municípios de SC 2007.

2.12.3. Receita Própria Per Capita

A receita própria per capita anual do município (Tabela 24) apresentou uma alta de 99,2% no período de 2003 a 2007. No mesmo período, a média estadual da receita própria per capita aumentou 37%.

Tabela 24- Receita própria per capita de Ponte Alta de 2003 a 2007.

Ano	Receita própria “per capita” (R\$)	Média Estadual Receita própria “per capita” (R\$)	Posição estadual (293 municípios)
2003	87,58	194,24	226º
2004	140,60	195,18	141º
2005	128,34	187,46	188º
2006	157,24	234,27	174º
2007	174,49	266,12	175º
Evolução 2003/2007	99,2%	37,0%	

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – Indicadores Financeiros e Sociais dos Municípios de SC 2007.

3. DIAGNÓSTICO DO SISTEMA DE LIMPEZA PÚBLICA

Para esse capítulo procurou-se estabelecer uma metodologia de trabalho para a coleta de dados fundamentada em pesquisas de informações com a utilização de questionários aplicados junto a população, estabelecimentos de saúde, estabelecimentos comerciais e indústrias. Em todos os casos os questionários foram aplicados com o auxílio de servidores municipais.

3.1. Levantamento de dados junto a população

Para fins de diagnóstico do tratamento dado aos resíduos sólidos nos domicílios foram aplicados questionários junto aos moradores das zonas urbana e rural do município de Ponte Alta, totalizando 43 questionários, sendo 38 questionários (88,37%) na zona urbana e 5 questionários (11,63 %) na zona rural. A partir das informações fornecidas pelos moradores foi possível traçar um perfil da situação do tratamento dado aos resíduos sólidos dentro das residências e do sistema de coleta de resíduos sólidos.

Nas Tabelas 25 a 36 estão apresentadas as perguntas que constavam no questionário e os resultados obtidos nas zonas urbana e rural.

Tabela 25- Na sua residência é realizada a separação dos resíduos para coleta seletiva (lixo seco e orgânico/úmido)

	Sim, todos os dias	Não sei separar o lixo	Sim, as vezes	Não existe coleta seletiva na cidade	Não faço separação
Zona Urbana (%)	23,68	5,26	26,32	23,68	21,05
Zona Rural (%)	0,00	0,00	20,00	20,00	60,00

Tabela 26- Sobre a compostagem de resíduos orgânicos (seleção dos resíduos orgânicos para transformar em adubo através da decomposição)

	Já pratico na minha residência	Não faço, mas tenho interesse em fazê-lo	Não faço e não tenho interesse em fazê-lo	Outros*
Zona Urbana (%)	55,26	21,05	23,68	0,00
Zona Rural (%)	80,00	0,00	20,00	0,00

* A questão não foi respondida.

Tabela 27- A cada quanto tempo é realizada a coleta de lixo na sua rua

	1x por semana	2x por semana	3x por semana	A cada 15 dias	1x por mês	Não há coleta
Zona Urbana (%)	2,63	94,74	2,63	0,00	0,00	0,00
Zona Rural (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	80,00	20,00

Tabela 28- Qual o tipo de pavimentação da sua rua

	Terra	Calçamento	Asfalto
Zona Urbana (%)	63,16	15,79	21,05
Zona Rural (%)	100,00	0,00	0,00

Tabela 29- Qual o tipo de veículo coletor de lixo que passa na sua rua

	Caminhão	Trator	Carroça	Outros*
Zona Urbana (%)	100,00	0,00	0,00	0,00
Zona Rural (%)	80,00	0,00	0,00	20,00

* Não há coleta ou a questão não foi respondida.

Tabela 30- Quando algum familiar ou morador de sua residência necessita de cuidados de saúde, qual o destino que é dado para o lixo gerado (curativos, agulhas, seringas, etc...)

	Devolvo nos centros de saúde municipais	Coloco no lixo para coleta	Outros*
Zona Urbana (%)	36,84	63,16	0,00
Zona Rural (%)	0,00	100,00	0,00

* Queima ou enterra.

Tabela 31- O que você faz com os medicamentos vencidos (comprimidos, xaropes, pomadas, etc)

	Jogo no vaso sanitário	Jogo no solo	Entrego no posto de coleta	Queimo	Outros*
Zona Urbana (%)	18,42	21,05	26,32	23,68	10,53
Zona Rural (%)	40,00	20,00	0,00	40,00	0,00

* Joga no lixo comum.

Tabela 32- O que você faz com o óleo de cozinha usado

	Jogo na pia	Jogo no solo	Uso para fazer sabão	Entrego no posto de coleta	Outros*
--	--------------------	---------------------	-----------------------------	-----------------------------------	----------------

	Jogo na pia	Jogo no solo	Uso para fazer sabão	Entrego no posto de coleta	Outros*
Zona Urbana (%)	23,68	23,68	50,00	0,00	2,63
Zona Rural (%)	20,00	20,00	60,00	0,00	0,00

*Alimentação de animais ou a questão não foi respondida.

Tabela 33- O que você faz com pilhas, baterias e lâmpadas usadas

	Jogo no solo	Jogo no lixo comum	Entrego no posto de coleta	Outros*
Zona Urbana (%)	7,89	86,84	0,00	5,26
Zona Rural (%)	20,00	80,00	0,00	0,00

*Queima ou guarda em casa.

Tabela 34- O que você faz com produtos eletro-eletrônicos (geladeira, tv, celular, etc) que não tem mais uso ou que estão estragados

	Jogo no lixo comum	Entrego no posto de coleta	Outros*
Zona Urbana (%)	57,89	21,05	21,05
Zona Rural (%)	100,00	0,00	0,00

*Guarda em casa.

Tabela 35- O que você faz com embalagens vazias de agrotóxicos

	Jogo no solo	Entrego no local onde foi comprado	Jogo no lixo comum	Outros*
Zona Urbana (%)	7,89	5,26	63,16	23,68
Zona Rural (%)	0,00	80,00	20,00	0,00

*Não utiliza, ou queima ou a questão não foi respondida.

Tabela 36- Como é realizada a cobrança da coleta do lixo

	Taxa específica	Taxa junto com o carnê do IPTU	Não é cobrada taxa
Zona Urbana (%)	0,00	100,00	0,00
Zona Rural (%)	0,00	55,26	44,74

A partir dos resultados obtidos com os questionários foi possível verificar que uma parcela da população separa os resíduos sólidos que gera para praticar a compostagem, porém uma parte da população manifestou falta de interesse em

fazê-lo. Apesar dos resultados mostrarem que na zona rural não é realizada separação dos resíduos, a população pratica compostagem conforme resultados indicados nos questionários e confirmados em audiência pública.

Em relação a periodicidade da coleta de resíduos sólidos, os questionários indicaram que na zona urbana a coleta é realizada 2 vezes por semana, segundo informações coletadas em audiência pública, a coleta é realizada 3 vezes por semana, sendo 2 dias destinados a coleta de resíduos orgânicos e 1 dia destinado a coleta de resíduos recicláveis, este último não foi considerado pela população consultada.

Além disso, foi constatado que o óleo de cozinha gerado pelas residências é transformado em sabão, minimizando o impacto ambiental do descarte inadequado desse resíduo. Uma parcela da população descarta esse material na pia ou no solo, devido a isso deve-se fazer campanhas de conscientização para que o resíduo seja enviado para coleta.

Com relação aos resíduos de saúde gerados nas residências, uma parte da população urbana consultada no diagnóstico envia seus resíduos ao centro de saúde do município. A grande maioria da população descarta esse tipo de resíduo na coleta comum, indicando a necessidade de um programa de conscientização para que seja dado o destino adequado a esse material.

Mais da metade da população do município de Ponte Alta descarta pilhas, baterias, lâmpadas e produtos eletro-eletrônicos usados no lixo comum, havendo a necessidade de implantação de um ou mais postos de coleta desses materiais e envio para empresas que providenciem a destinação adequada. O percentual de pessoas que indicaram encaminhar esse material para posto de coleta provavelmente leva os mesmos para a cidade de Lages, uma vez que o município de Ponte Alta não possui posto de coleta desse material, conforme levantado em audiência pública.

Conforme levantamento realizado, a parcela da população que utiliza agrotóxicos em sua propriedade devolve as embalagens vazias no local da compra, conforme legislação federal vigente. Uma parte da população descarta esse tipo de resíduo na coleta comum, indicando a necessidade de um programa de conscientização para que seja dado o destino adequado a esse material.

3.2. Diagnóstico da gestão dos resíduos da construção civil e demolições

O Estatuto das Cidades, disposto pela Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001, estabelece diretrizes para o desenvolvimento sustentado dos aglomerados urbanos no País. Ele prevê a necessidade de proteção e preservação do meio ambiente natural e construído, com uma justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes da urbanização, exigindo que os municípios adotem políticas setoriais articuladas e sintonizadas com o seu Plano Diretor. Uma dessas políticas setoriais, que pode ser destacada, é a que trata da gestão dos resíduos sólidos.

A Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/1992, criou instrumentos para a implantação pelo poder público local de Planos Integrados de Gerenciamento dos Resíduos da Construção Civil e de Demolições (RCD), como forma de eliminar os impactos ambientais decorrentes do descontrole das atividades relacionadas à geração, transporte e destinação desses materiais. Também determina para os geradores a adoção, sempre que possível, de medidas que minimizem a geração de resíduos e sua reutilização ou reciclagem; ou, quando for inviável, que eles sejam reservados de forma segregada para posterior utilização.

A natureza desses resíduos e as características dos agentes envolvidos no seu manejo, por outro lado, requerem que tais políticas sejam dotadas de caráter específico.

Cabendo ao poder público, nesse caso, uma participação voltada à regulamentação e ordenamento das atividades e aos agentes geradores privados o exercício de suas responsabilidades pelo manejo e destinação dos resíduos gerados em decorrência de sua própria atividade, à luz dessa regulamentação.

Devido a produção intermitente desse tipo de resíduo não foi possível estimar a quantidade de resíduos da construção civil gerados no município de Ponte Alta.

3.3. Diagnóstico da gestão dos resíduos de serviço de saúde

Os geradores de resíduos de serviço de saúde do município de Ponte Alta providenciam a segregação e o acondicionamento dos mesmos, a coleta e o

tratamento adequado ficam sob responsabilidade de empresa terceirizada.

Devido a produção intermitente desse tipo de resíduo não foi possível estimar a quantidade de resíduos de serviços de saúde gerados no município de Ponte Alta.

3.4. Diagnóstico da gestão dos resíduos industriais

O gerenciamento dos resíduos industriais é de competência da Fundação do Meio Ambiente (Fatma), órgão responsável pelo licenciamento ambiental e pela fiscalização desta atividade.

Os dados levantados juntos as empresas do município de Ponte Alta mostraram que a geração predominante é de resíduos de madeira em quantidade aproximada de 4031 toneladas por ano, dos quais 3400 toneladas são reaproveitadas na própria empresa e 631 toneladas são destinadas a compostagem.

3.5. Diagnóstico dos resíduos especiais (pneumáticos, restaurantes, óleo automotivo, embalagens de agrotóxicos, pilhas, eletrônicos, etc)

As entidades que trabalham com pneumáticos (borracharias, etc.) pesquisadas produzem cerca de 396 quilos por mês de resíduos, que são destinados a reciclagem.

Quanto aos resíduos alimentares dos restaurantes, principalmente o óleo de fritura, o mesmo torna-se matéria prima para a produção de sabão ou biodiesel. Conforme dados levantados junto aos geradores são produzidos cerca de 130 litros de óleo de cozinha por mês.

Com relação ao óleo automotivo usado, filtros, estopas, embalagens de óleo contaminadas não há informação sobre as quantidades geradas e o destino dado aos resíduos. Em audiência pública foi estimada a geração de 100 litros por mês de óleo automotivo, o qual seria encaminhado para refino e reaproveitamento em motosserras.

Quanto as embalagens de agrotóxicos, foi levantado que ocorre a geração de 620 embalagens por mês as quais são destinadas a empresa terceirizada que providencia o envio para os fabricantes.

Devido a produção intermitente de pilhas, baterias e lâmpadas não foi possível estimar a quantidade desses resíduos no município de Ponte Alta.

3.6. Diagnóstico da coleta de resíduos pela prefeitura

Conforme o IBGE (2014), a população do município de Ponte Alta é de aproximadamente 4885 habitantes e considerando que a geração de resíduos sólidos per capita para municípios com população até 30.000 habitantes é de 0,5 kg/dia, estimou-se uma geração de resíduos do município da ordem de 891 toneladas/ano, considerando 365 dias/ano.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACEN - Banco Central do Brasil. **Instituições Financeiras 2007**. Disponível em: <www.bcb.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/default_censo_2000.shtm>Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Censo Populacional 2010**. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2007**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Divisão Territorial do Brasil**. **Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais**. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2007**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Estimativa Populacional 2009**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **IBGE@CIDADES**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Mapa de Pobreza e Desigualdade - Municípios Brasileiros 2003**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Morbidades Hospitalares 2008**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002/2003**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Produção Agrícola municipal 2008**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Produção Pecuária municipal 2008**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008**. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2006**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Registros Administrativos 2007**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Serviços de Saúde 2005**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acessado em 13 julho de 2013.

IBGE. **Área territorial oficial**. Resolução da Presidência do IBGE de nº 5 (R.PR-5/02). Acessado em 13 julho de 2013.

PNUD. **Desenvolvimento Humano e IDH**. 2010. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acessado em 13 julho de 2013.

PNUD. **Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil**. Atlas do Desenvolvimento Humano. Acessado em 13 julho de 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA. **Site da Prefeitura de Ponte Alta.** Disponível em: <<http://www.pontealta.sc.gov.br>> Acesso em 17/02/2014.

SEBRAE. **Santa Catarina em números.** Disponível em <<http://www.sebrae-sc.com.br/scemnumero/relatoriomunicipal.asp>>. Acessado em 13 julho de 2013.

TCE. **Indicadores dos municípios.** Disponível em<<http://www.tce.sc.gov.br/web/contas/estatistica-municipal/indicadores-municipio>>.Acessado em 13 julho de 2013.

TEIXEIRA, M. B. et al. **Vegetação: as regiões fitoecológicas, suas naturezas e seus recursos econômicos e estudo fitogeográfico.** Rio de Janeiro: Fundação Instituto de Geografia e Estatística, 1986

UFSC. **Mapa Geológico de Santa Catarina.** Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~laam/rgsg/imagens/mapa_geologico_sc.jpg>. Acessado em 13 julho de 2013.

VELOSO, H. P.; RANGEL FILHO, A. L. R. & LIMA, J. C. **Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal.** Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

WIKIMEDIA FOUNDATION, Inc. **Classificação climática de Köppen-Geiger.**2010a. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Classificação_climática_de_Köppen-Geiger>. Acessado em 13 julho de 2013.